

Maurice Zeitlin *

A HEGEMONIA POLITICA NA CLASSE DOMINANTE, NO ESTADO E NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: O CASO DO CHILE

As rivalidades e as lutas, muitas vezes sangrentas, entre a terra e o capital — e não apenas as lutas entre estes e os produtores directos — foram, sem dúvida, decisivas na conformação de todo o processo tortuoso do desenvolvimento capitalista. Isto verificou-se não só na época de transição, quando a aristocracia e a burguesia lutaram como classes distintas pela supremacia social e pela hegemonia política, mas também muito depois da sua fusão em «burguesia aglutinada»¹.

Mesmo depois de se ter formado uma única classe dominante, de morfologia específica, a partir da dominação definitiva do capitalismo e da transformação interna da grande propriedade fundiária, os grandes proprietários fundiários e os capitalistas puderam, entretanto, continuar a manter diferentes posições enquanto «segmentos de classe» distintos. Na realidade, mesmo dentro da própria produção agrícola, o poder do capital pode variar substancialmente e coexistir, incomodamente, com formas históricas anteriores, de modo que a grande propriedade e o capital agrícola podem também representar situações distintas, no seio da mesma classe, com interesses próprios e exigências políticas contraditórias².

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia (Los Angeles)

¹ Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, Nova York, International, 1963, 481.

² M. Zeitlin, W. Neuman, R. Ratcliff, «Class segments: agrarian property and political leadership in the capitalist Chile», *American Sociological Review*, 41 (Dezembro), 1006-29.

O ponto crítico, histórica e sociologicamente, e o problema que originou este estudo, é como a ascensão e permanência dessa classe dominante nos países capitalistas — uma *cisão*, como Marx lhe chamou, entre os «dois grandes interesses... da propriedade fundiária e do capital» — afecta as relações políticas, a natureza do estado e o próprio desenvolvimento capitalista. Mais especificamente, o problema é quais as consequências históricas e políticas decorrentes da hegemonia política de um ou outro destes elementos em conflito dentro da classe dominante.

O impacto económico-político da hegemonia no interior da classe é mais forte precisamente nos momentos históricos, determinantes mas contingentes, em que originalmente são forjadas as formas invulgares da produção social e as suas concomitantes relações de classe, podendo então ser decisiva para a sua consolidação a tomada do poder do estado e o seu uso efectivo. As lutas políticas entre a terra e o capital, juntamente com a acção de outras classes arrastadas para estas lutas, podem criar e recompor radicalmente as relações internas entre estes elementos em confronto, com consequências históricas de longo alcance.

A análise do desenvolvimento capitalista sugere que a forma, medida e efeitos da expressão política destes interesses intraclassistas contraditórios variam de acordo com dois processos sociais interrelacionados. Em primeiro lugar, conforme o «momento» concreto do desenvolvimento económico, em que a terra e o capital estão implicados tenda a contrair, a estabilizar ou a estimular a reprodução alargada das situações estruturais subjacentes; em segundo lugar, como e em que medida as formas históricas da produção e o conjunto concreto de relações sociais tendam a diferenciar ou a integrar os sujeitos concretos destas situações intraclassistas contraditórias. Assim, num determinado momento histórico, serão diferentes as implicações políticas se os segmentos de classe em conflito se demarcarem uns dos outros por domínios territoriais relativamente nítidos, por legados culturais e barreiras sociais (tal como sucedia, por exemplo, com os Junkers do Elba oriental, que se demarcavam dos detentores do capital mesmo dos da Renânia, mas particularmente dos do oeste e do sul) ou, pelo contrário, vêm gradualmente a interpenetrar-se social e economicamente (como sucedeu com a aristocracia e a manufatura em Inglaterra). Em suma, a resolução política

dos seus interesses contraditórios irá variar grandemente de acordo com a forma como se relacionam internamente as subjacentes *clivagens sociais e situações intraclassistas contraditórias*.

Além disso, muito embora condicionadas por essas relações, podem ser cruciais não apenas as posições «objectivas» e interrelações dos elementos de classe em conflito, mas ainda a sua actividade política concreta e a capacidade para a chefia política, e isto especialmente a «curto prazo», para determinar o seu poder político relativo e decidir qual o segmento que consegue obter, se é que algum o consegue, a hegemonia política dentro da classe dominante e está apto a impôr os seus interesses particulares como interesses de classe. Uma análise das circunstâncias históricas concretas em que um dos segmentos rivais, a terra ou o capital, obtém, e por que forma, a hegemonia sobre o outro revela, como veremos, quão profundamente os «interesses» de classe são, eles próprios, *produtos históricos*, activamente determinados — evidentemente dentro de determinados limites materiais — na luta política concreta. Tão pouco existe qualquer «necessidade inelutável» ou mesmo «última instância» que assegure que o segmento da classe dominante que representa o «momento ascendente» ou elementos «avançados» do desenvolvimento capitalista venha também a obter aí a hegemonia política.

A TERRA E O CAPITAL NO CHILE EM MEADOS DO SÉCULO XIX

A rivalidade entre a terra e o capital reproduziu-se no Chile com as suas marcas particulares e consequências distintas no desenvolvimento do capitalismo e democracia chilena. A análise destas lutas intraclassistas não tem apenas um valor histórico intrínseco — especialmente, dado que, como agora sabemos, já eram prenúncio dos conflitos ainda mais agudos que viriam a surgir na nossa época — mas deve também tornar mais esclarecida a nossa compreensão teórica da relação genérica entre a estrutura interna das classes dominantes, a hegemonia política e o estado no desenvolvimento do capitalismo.

Neste trabalho pretende-se principalmente compreender e avaliar o significado das lutas políticas dos meados do século XIX contra o

regime de Montt (1851-61). Pode dizer-se que estas lutas sangrentas foram um reflexo parcial e contingente dos interesses contraditórios e das exigências políticas da grande propriedade agrária e do capital produtivo e que a sua resolução teve consequências decisivas para o desenvolvimento histórico do Chile.

De 1830 a 1850, com a descoberta e a exploração de ricos filões de prata e cobre, rapidamente seguida dum incremento, nos meados do século, na produção de carvão e na fundição de cobre e dum rápido aumento da produção agrícola e da criação de gado — estimuladas pelo aparecimento do comércio costeiro para as explorações mineiras e a repentina abertura de novos e importantes mercados de exportação para cereais e farinha (Austrália e Califórnia e, mais tarde, Inglaterra e Europa) — inicia-se quase abruptamente uma trajectória ascendente e prolongada da acumulação interna de capital e a concomitante transformação das relações sociais de produção na cidade e no campo. Nos anos 50, o Chile torna-se o primeiro produtor mundial de cobre, com mais ou menos um terço da produção total nas décadas seguintes e, em resumo, o Chile quase monopoliza os mercados de cereais do Pacífico, e os preços de exportação sobem a um nível nunca atingido até então nem posteriormente.

Nos meados do século, Lota, o centro mineiro de carvão, tinha uma população de cinco mil habitantes e os visitantes da Grã-Bretanha facilmente se julgariam transportados para um canto da negra região de carvão da sua terra natal. Em 1858 já funcionavam em Lota, Huasco, Copiapo, Caldera e Guayacum grandes fundições de cobre. Os minérios chilenos de cobre, até aqui quase todos exportados «em bruto», eram agora em grande parte transformados em barras e lingotes nas fundições chilenas. Ligadas à produção de carvão e cobre havia fábricas de telhas e tijolos, de vidro e garrafas, fundições de latão, oficinas de máquinas, e de produção de caldeiras e de utensílios e equipamentos de cobre; fábricas de cerveja, de carruagens, de cimento, de papel, refinarias de açúcar e fábricas que utilizavam maquinaria na manufactura e produziam tecidos de lã, corda, linhas, sapatos e botas, sabão e velas, guinchos, cabos e cordoaria. Por volta de 1870 muitas destas fábricas estavam a exportar para os Estados Unidos. Em 1857, os navios a vapor pertencentes ao capital nacional juntavam-se à marinha mercante chilena de duzentos navios, até então composta de veleiros.

Na mesma época, os chilenos criaram grandes bancos cujo capital provinha principalmente da exploração e comércio do cobre e da exportação de cereais. Igualmente se fundaram, na década de 1850, companhias de seguros e agências de corretagem que faziam concorrência às inglesas e já nos anos 40 tinha sido aberta na cidade portuária de Valparaíso a primeira bolsa de valores. Em 1854 foram criados por lei estatutos para reger a formação de sociedades anónimas, marcando a expansão desta forma de sociedade um modo fundamental da acumulação de capital, especialmente na banca, nos seguros, nas companhias mineiras e sobretudo nos caminhos de ferro, embora só depois do posterior incremento do nitrato, na década de 1870, as sociedades anónimas e a bolsa de valores se tenham vindo a tornar características básicas do «sistema de crédito» e do investimento em grande escala no Chile.

Os grandes latifúndios do Chile destinaram-se, quase desde a sua formação, à produção para exportação. Durante o século XVIII, enquanto se eliminavam progressivamente na agricultura os encargos jurídicos sobre os produtores directos, o processo de usurpação e concentração da terra tinha gradualmente resultado na predominância da grande propriedade, e as várias formas «livres» de ocupação da terra, bem como a pequena propriedade, foram-se, cada vez mais, convertendo em contratos de arrendamento explícitos e sendo directamente incorporadas no sistema da grande exploração a fim de assegurar mão-de-obra suficiente para produzir para os mercados de exportação em expansão. Simultaneamente a este novo sistema de arrendamento, foram também aumentando as formas e a quantidade de trabalho: de facto, no século XVIII e princípios do século XIX assistiu-se à criação, a partir do anterior produtor ou rendeiro relativamente independente, dum tipo de trabalho coercivo especificamente chileno, «inquilinaje», que havia de continuar a ser a forma característica de trabalho no latifúndio quase até aos nossos dias. Esta lenta transformação iria então ser acelerada, nos meados do século, para responder aos múltiplos e novos mercados de exportação e de comércio costeiro interno para os produtos agrícolas e alimentos transformados. Não eram só estes «mercados», mas especificamente as relações de produção capitalistas, que estavam na base dessas transformações.

A partir de 1850 houve um dramático aumento da migração do campo para as cidades e regiões mineiras e os *peons* também foram sendo progressivamente eliminados para virem a ser empregados como assalariados na construção de estradas, canais, redes de irrigação e muito principalmente caminhos de ferro, assim como nas novas fábricas de fundição e indústrias manufactureiras em crescimento. Financiado e inteiramente construído com capital nacional, e especialmente dos proprietários de minas, o caminho de ferro era o principal utilizador de mão-de-obra assalariada.

Na década de cinquenta, atingiu-se o máximo de população rural flutuante e o rápido êxodo do campo, no preciso momento em que se iam conseguir elevados lucros devido ao aumento da produção agrícola, quando era intensa a concorrência para os novos mercados e quando a procura de mão-de-obra agrícola aumentava, faz com que a «escassez de mão-de-obra» e o recio do aumento dos salários agrícolas se transformem num problema premente para os senhores das terras. A resposta foi diminuir as regalias do *inquilino*, aumentar o dia de trabalho e reduzir o número de dias santos, aumentar as rendas e os serviços a prestar, intensificar e alargar (aumentando a supervisão e vigilância) o controlo directo do processo de trabalho. Em resumo, a resposta foi *reforçar e consolidar radicalmente as relações senhoriais de dominação e intensificar a exploração dos rendeiros*.

A fortalecer e a reforçar estas relações «extra-económicas» de apropriação coerciva, havia um «sistema de crédito» rural controlado pelos grandes proprietários de terras, que era virtualmente a única fonte de empréstimos para os pequenos proprietários, parceiros e rendeiros. Este «nexo económico» alargou o controlo directo da grande propriedade sobre a produção camponesa contígua, subordinou ainda mais camponeses e rendeiros e obrigou-os a multiplicar o seu esforço na produção, de um modo que nem a vigilância nem a supervisão tinham conseguido.

Contrariamente ao «capital usurário», tão duramente suportado na Europa medieval tanto pelo senhor da terra como pelo camponês, arruinando ambos, no Chile, a assimetria da dívida apenas veio fortalecer as relações agrárias existentes³. Contudo para além destas anti-

³ Cf. Marx, *Capital*, vol. III, Nova York, International, 1967, 593-99.

quadas formas históricas que se reproduziam no campo chileno, surgiram, especialmente nos celeiros e moagens, relações de produção especificamente capitalistas. Empregando um elevado número de trabalhadores assalariados, de técnicos (grande parte estrangeiros) e mecânicos, as moagens construídas no Chile em meados do século, eram «tecnologicamente iguais a qualquer moagem em qualquer parte do mundo na época»⁴. Embora na maior parte dos grandes latifúndios persistissem os métodos de produção tradicionais, alguns proprietários eram conhecidos por «agricultores progressistas» porque introduziram a utilização de debulhadoras e ceifeiras mecânicas e outras máquinas agrícolas, gado de raça, novas linhas de sementes, etc. No entanto, a mecanização era ainda muito limitada nos meados do século, apesar de não ficar muito aquém dos países europeus produtores de cereais da época «com grandes e estáveis sistemas de trabalho agrícola» como a Alemanha e a França⁵. O que é distintivo deste processo de «modernização da agricultura» e que deve ser sublinhado é que, por muito limitado que tenha sido, foi em grande parte obra dos novos magnates das minas: «compraram terras e formaram grandes latifúndios no vale central, irrigaram-nos ..., adquiriram máquinas modernas e introduziram novos tipos de cultura»⁶. Foi principalmente aqui que surgiu, na sua expressão mais directa, a íntima ligação da terra e do capital e que, de facto, a propriedade fundiária se tornou capital agrícola em que o senhor da terra é simultaneamente o capitalista. É precisamente este segmento de classe dominante que personifica, de forma acabada, o desenvolvimento do capitalismo chileno e é este recém-criado segmento de classe que é não só «dinâmico e inovador» mas também politicamente democrático, combativo e até revolucionário. É principalmente este segmento capitalista que constitui o suporte da ideologia democrática radical do Chile nos meados do século XIX e que se empenha, até à luta armada, pela hegemonia da classe e pelo poder político.

⁴ A. Bauer, *Chilean Rural Society from the Spanish Conquest to 1930*, Cambridge, Cambridge University Press, 1975, 66.

⁵ A. Bauer, *op. cit.*, 105.

⁶ Francisco Encina, *Nuestra inferioridad económica: sus causas, sus consecuencias*, nova edição Santiago, Editorial Universitaria, 1955 (1.ª edição em 1911).

CLASSE E ESTADO

Em 1851 e de novo em 1859, a guerra civil dividiu internamente a classe mas, em contraste com o conflito ainda mais sangrento no tempo de Balmaceda nos finais do século, introduziu na sua órbita importantes elementos de outras classes — artesãos, pequenos proprietários e mineiros — ameaçando momentaneamente transformar-se numa revolução genuinamente burguesa. Afirmámos já que estes conflitos intraclassistas eram «reflexos parciais e contingentes» da rivalidade entre a terra e o capital: *parciais*, porque outros elementos importantes entraram indiscutivelmente no processo causal, accionando as lutas revolucionárias; *contingentes* na medida em que foi a combinação única desses elementos — consciência regional, conflito Igreja-Estado, o exemplo e a força da ideologia revolucionária burguesa europeia — que sobredeterminaram todo o processo e porventura o tornaram possível. Sem a interrelação destes elementos, os interesses e aspirações do capital mineiro talvez não tivessem assumido um conteúdo social revolucionário nem irrompido em luta armada pelo poder do estado.

Qual era a natureza do estado contra o qual os radicais e os liberais burgueses se insurgiam e organizavam? Era o resultado, pela sua origem, da fusão das concepções chilena e europeia que lhe serviram de modelo: o seu começo evidente radicou nas lutas da independência dos princípios do século que derrubaram o domínio espanhol. Quer isto dizer que, no início, os comerciantes, os artesãos e os proprietários das minas (e poucos, note-se, «aristocratas revolucionários») que constituíam o principal suporte do novo estado, tal como sucedera com o próprio movimento de independência, estavam dispostos a lutar para constituírem um estado republicano, anti-monárquico, herdeiro, por um lado, dos modelos político e jurídico presentes na época burguesa e pós-napoleónica e, por outro, das próprias necessidades dos seus arquitectos: a unificação do país sob uma administração central sem regressar ao domínio dos grandes proprietários fundiários em que assentara a ordem política monárquica. Não havia, porém, a confusão de propriedade e soberania, nem fronteiras e jurisdições especificamente feudais, nem hostilidades entre principados e pequenos estados e nem corporações urbanas que tinham constituído o estádio pré-histórico da sociedade burguesa.

européia, cuja destruição ou unificação se teria tornado necessária para estabelecer o novo estado pós-colonial no Chile. Pelo contrário, a monarquia espanhola tinha ela mesma preparado o terreno para o estado moderno.

Isto não quer dizer, evidentemente, que na prática as jurisdições dos administradores, dos magistrados e dos senhores da terra não coincidissem (como de facto coincidiam e continuaram a coincidir). Significa sim que, em princípio e por lei, o poder do estado não estava confinado nem limitado por formas políticas pré-capitalistas. Assim, neste sentido, as opções políticas dos novos «estadistas» revolucionários eram relativamente abertas: embora houvesse, sem dúvida, diferentes relações sociais subjacentes às teorias «constitucionais» opostas, que conduziram os seus esforços para modelar novas formas de estado, os «interesses» sociais e a consciência política coincidiam esporadicamente na precisa medida em que as lutas no Chile se travavam num contexto histórico internacional burguês. Assim, de um ou de outro modo, era um estado *republicano* que todas as Constituições pós-independência (1812, 1823, 1828) instituíam. O inevitável problema em questão durante as primeiras décadas da independência, à medida que os sucessivos regimes reafirmavam os seus princípios de estado, era, portanto, «simplesmente» saber se o estado além de republicano não devia ser também democrático. O que resultou dessas lutas foi, como o seu primeiro chefe de estado apropriadamente lhe chamou, uma «república autocrática». Os seus princípios jurídicos e políticos estavam consignados na Constituição de 1833. E com poucas modificações esta era a forma de estado nos meados do século.

Ao poder executivo do estado, e não ao parlamento, eram reconhecidos os principais atributos da soberania: o chefe do estado, e não o parlamento, decidia o orçamento, fixava todos os vencimentos dos funcionários públicos, nomeava e promovia os oficiais militares e nomeava os membros do Supremo Tribunal e nem ele nem o seu Conselho de Estado estavam sujeitos a qualquer censura ou privilégio parlamentares e, de facto, podia vetar a legislação do *Congreso*. Os administradores, governadores e prefeitos que geriam a administração provincial, local e municipal eram, por nomeação, os agentes e representantes directos do executivo, assim como os juízes e delegados dos tribunais de comarca. Os senadores e os deputados do

Congreso nacional de duas câmaras eram eleitos por sufrágio limitado (homens, proprietários, sabendo ler e escrever, maiores de 25 anos) e os senadores, embora não deputados, eram eleitos a partir de candidatos designados pelo presidente e seus ministros e aprovados pelos funcionários de estado municipais e provinciais, também eles nomeados.

Em resumo, o estado chileno dos meados do século XIX era um aparelho político hierárquico e unitário, altamente centralizado. No entanto, era também um estado onde se reconheciam os princípios jurídicos da inviolabilidade da propriedade privada e da igualdade perante a lei, da liberdade de deslocação, isto é, de um livre mercado de trabalho e duma liberdade contratual e comercial. Não havia proibições que excluíssem qualquer categoria social do comércio, da propriedade da terra ou da indústria nem nada vinculava os produtores directos à terra. O Código Civil (promulgado em 1855), que constituía uma codificação sistemática da jurisprudência nacional, previa uma «intervenção calculada» do estado, necessária para garantir a contratação, assegurar a propriedade privada e uniformizar as obrigações fiscais e os encargos financeiros, isto é, era uma «ordem legal racional» capitalista sem cargas patrimoniais monárquicas ou feudais. Numa palavra, contrariamente ao que diz a maior parte dos historiadores chilenos que o considera um «estado feudal conservador»⁷ ele era uma forma hierárquica e autoritária do *estado capitalista* que regia uma formação social em que a propriedade fundiária e o capital estavam em «equilíbrio» instável, onde o primeiro não era feudal nem «totalmente» capitalista e o segundo estava ainda no penoso início do seu desenvolvimento.

Este era o âmago das lutas dos anos 50 entre proprietários da terra e capitalistas: desenrolou-se num campo de ordem política e legal que, embora de estrutura burguesa, assegurou a hegemonia da grande propriedade fundiária na classe e no estado. Dominá-lo e utilizá-lo era uma possibilidade abstracta para os proprietários das minas e seus aliados: virar o aparelho hierárquico e centralizado contra os proprietários da terra e utilizá-lo em reforço dos seus próprios interesses. Era abstracta, porque, nas circunstâncias históricas con-

⁷ Jobet Burquez, *Ensayo Crítico del Desarrollo Economico Social de Chile*, Santiago, Editorial Universitaria, 1955, 47.

cretas e nas condições de formação do estado, surgia obsoleto: como incarnação de um passado o que se impunha então como exigência política suprema dos activistas liberais e radicais da classe era um estado *democrático, federalista*, descentralizado e parlamentar. Exigiam a limitação dos poderes do executivo, o alargamento do sufrágio masculino, a eleição popular directa do Senado e da Câmara dos Deputados, a autonomia provincial e local e eleição popular dos administradores, prefeitos, governadores e juizes. Em suma, exigiam a *abolição* e não a revisão da Constituição de 1833 e, com ela, a estrutura do estado autoritário que representava. A nova Constituição devia ser redigida, e a antiga abolida, não através do estado mas contra ele, numa «Assembleia Constituinte» do povo.

O facto de a hegemonia política dos proprietários da terra assentar no seu domínio social no campo e no seu crescente controlo sobre os rendeiros era também evidente para os «teorizadores» políticos mais avançados do capital. Entendiam, nas palavras de Santiago Arcos — um dos principais organizadores, juntamente com Francisco Bilbao, da Sociedade da Igualdade, que uniu os artesãos e os intelectuais aos burgueses em Santiago e que desempenhou um papel fulcral na revolta de 1851 — que «enquanto houvesse *inquilinaje* nas *haciendas* ..., enquanto subsistisse a influência onnipotente do *patron* sobre os empregados ..., nenhuma reforma [política] poderia ser solidamente estabelecida»⁸. «Só uma revolução ... enérgica que cortasse pela raíz todos estes males» e terminasse com a «pobreza como estado normal ... da plebe nas cidades e dos assalariados, *inquilinos* e serviçais no campo», escreveu Arcos em 1852, poderia estabelecer «um governo estável, que garantisse a paz social e a segurança para o assalariado, o artesão, o mineiro, o comerciante e o capitalista»⁹.

Assim, precisamente no momento histórico em que a transformação dos pequenos proprietários e rendeiros num sistema de arrendamento subordinado se estava a consumir e os grandes proprietários fundiários do Chile começavam a considerar o *inquilinaje* como a sua «instituição específica», estas formas invulgares de dominação social iriam ser postas à prova numa luta pelo poder levada a cabo por um

⁸ M. Segall, *Desarrollo del Capitalismo en Chile*, Santiago edição do autor, 1953, 266-67,

⁹ D. Amunátegui Solar, *La Democracia en Chile: Teatro Político (1810-1910)*, Santiago, Universidad de Chile, 1946, 84; Segall, *op. cit.*, 268.

recente e ambicioso segmento capitalista da própria classe dominante à cabeça de artesãos armados e de destacamentos de camponeses a cavalo. Os ideais deste movimento eram simultaneamente a expressão duma época em que na cidade e no campo iam surgindo relações sociais completamente novas e a articulação imediata dos sentidos dessas relações pelos que nelas participavam ou apoiavam.

Na sua origem estavam igualmente os interesses contraditórios, historicamente determinados, e as reivindicações políticas da grande propriedade fundiária e do capital que cada vez mais se definiam, à medida que o estado, sob a hegemonia dos proprietários do Vale Central, «protelava as suas aspirações»¹⁰. As mais evidentes contradições entre eles manifestavam-se nas políticas fiscal e financeira do estado. Em 1851, nas vésperas da primeira das revoluções fracassadas dos meados do século, a renda pública provinha quase exclusivamente dos impostos sobre a exploração e exportação mineiras. Durante esta e as subsequentes décadas, não só os impostos sobre os grandes proprietários fundiários eram mínimos, incidindo o grande encargo quase inteiramente sobre os proprietários das minas, como os «proprietários fundiários beneficiavam dum encargo fiscal cada vez menor»¹¹.

A 30 de Dezembro de 1858, nas vésperas da revolta de 1859, *El Curricano* escrevia em editorial: «A Assembleia Constituinte encarna as aspirações e os desejos das províncias ... de se governarem a si próprias, de elegerem os seus próprios juizes e administradores, de servirem os interesses das suas populações locais ..., de se verem representadas de acordo com os impostos que pagam, acabando com o recurso às petições ao Governo geral ... Dantes, eram exploradas pela Corte espanhola, ... agora, pela corte de Santiago. O Governo geral não investe na nossa região uma décima parte daquilo com que anualmente contribuimos para o Tesouro»¹². Um dos primeiros actos praticados pelo regime revolucionário de Pedro Leon Gallo em Copiapo, em 11 de Janeiro de 1859, foi reduzir a metade os impostos sobre os minérios e metais exportados (a despeito da necessidade de financiar o seu próprio exército rebelde). A explo-

¹⁰ L. Vitale, *Interpretacion Marxista de la Historia de Chile*, Santiago, Prensa Latina, 1971, vol. III.

¹¹ Bauer, *op. cit.*, 118.

¹² Vitale, *op. cit.*, 252.

ração mineira «tinha-se desenvolvido apesar do estado ter adoptado uma política de elevados impostos, que aumentava os custos de produção»¹³.

Nos meados do século, o financiamento da construção do caminho de ferro, essencial à expansão da produção mineira, foi suportado desproporcionadamente pelos principais proprietários de minas. A primeira linha, no norte, entre Copiapo e Caldera, foi construída pelo capital mineiro chileno sem assistência financeira do estado e um tema permanente nos debates do Congresso era a queixa dos capitalistas do cobre de que as províncias mineiras eram, de novo, abandonadas à «iniciativa privada» enquanto que o regime gastava «milhões ao sul do Aconcagua», ou seja, no Vale Central¹⁴. O mesmo esquema se repetia em outros investimentos do estado em infra-estruturas: iam-se construindo, por todo o Vale Central, canais de rega, estradas e pontes, sem prestar muita atenção à zona de moagens do centro sul, de Talca a Concepción. E contudo, nesta altura, «a maior parte da farinha embarcada em Valparaíso, destinada à exportação ou ao comércio costeiro para abastecer a região mineira do norte provinha das moagens de Constitución, Tome e Concepción»¹⁵. Sem acesso directo à linha Santiago — Valparaíso, os moageiros seriam colocados em importante desvantagem concorrencial, como sustentavam os seus porta-vozes em debates do Senado sobre a construção do caminho de ferro.

Como é evidente, os interesses contraditórios da terra e do capital tinham uma expressão regional; o capital mineiro e agrário, de um lado, e a grande propriedade fundiária, do outro, tinham áreas geográficas relativamente distintas e compactas. Consequentemente, tornou-se transparente o impacto contraditório das políticas do estado sobre estes segmentos da classe; as contradições entre a terra e o capital transformaram-se em clivagens sociais e traduziram-se

¹³ E. Bunster, *Chilenos en California: Miniaturas Historicas*, Santiago, Editorial del Pacifico, 1965, 137.

¹⁴ J. F. Przeworski, «The responses of Chilean entrepreneurs to changing copper prices 1874-1887. A preliminary analysis» Trabalho apresentado no 41.º Congresso dos Americanistas, México D. F., Setembro, 1974, 10.

¹⁵ R. B. Oppenheimer, *Chilean Transportation Development: the Railroads and Socio-economic Change in the Central Valley, 1840-1885*. Tese de Doutoramento (não publicada) Universidade da Califórnia (Los Angeles), Departamento de História, 1976, 51.

em conflitos políticos agudos. Foi precisamente nas zonas de desenvolvimento capitalista recente que floresceram, em 1851 e de novo em 1859, as ideias democráticas radicais e as conspirações revolucionárias, e onde se localizaram os centros de luta armada contra o estado. O que os distinguia, contudo, não eram apenas os interesses contraditórios mas, e talvez sobretudo, o facto de conterem, especialmente nas cidades mineiras do norte, «sociedades dentro de uma sociedade» bastante divergentes, com relações de classe qualitativamente diferentes.

De Talca a Concepción, eram aparentemente preponderantes os pequenos proprietários, moageiros e agricultores independentes, e grandes moagens de farinha mecanizadas que utilizavam mão-de-obra assalariada, ao contrário das grandes propriedades do Vale Central baseadas num sistema de arrendamento subordinado. Das 145 grandes propriedades existentes no país em 1854, por exemplo, só quatro se situavam abaixo de Curico. Foi aí que se travaram várias das mais renhidas batalhas das revoltas de 1851 e 1859, muitas vezes comandadas pelos homens, a quem Encina, o principal historiador conservador do Chile, erradamente chama «aristocratas revolucionários»¹⁶. Os principais chefes da luta armada no centro não eram «aristocratas revolucionários» e sim grandes proprietários de moagens e capitalistas mineiros (p. ex., Juan Antonio Pando e Juan Alemparte Lastra).

Outra zona agrícola em que houve levantamentos armados, tanto em 1851 como em 1859, foi a de San Felipe, no Vale de Putaendo (a nordeste de Valparaíso). Durante muito tempo «um centro obstinado de agitação liberal», também aqui os artesãos e pequenos proprietários armados lutaram contra o exército regular. A região, situada num recanto a norte do Vale Central, produzia lacticínios, fruta e vegetais para os mercados vizinhos e de Santiago, e dispunha de uma «distribuição da terra relativamente equitativa», que sustentava pequenos camponeses independentes¹⁷. San Felipe era um centro importante de produção artesanal onde em 1851 a Sociedade da Igualdade (no único sítio em que tinha um sede fora de Santiago) chefiou um «motim popular» que depôs o Administrador

¹⁶ Francisco Encina, *Historia de Chile: desde la Prehistoria hasta 1891*, Santiago, Editorial Nascimento, 1949, vol. III, 316.

¹⁷ Bauer, *op. cit.*, 126-27.

e manteve uma Comissão de Moradores para governar esta capital de província, até à derrota frente à Guarda Civil de Los Andes e Putaendo¹⁸. Mais uma vez em 1859, os artesãos e trabalhadores «doutrinados pela Sociedade da Igualdade desde 1851» e chefiados pela «juventude burguesa imbuída dessas doutrinas» da Assembleia Constituinte, tomaram a guarnição local da Guarda Civil, requisitaram fundos da Tesouraria da Administração, instalaram o seu próprio Administrador, recrutaram tropas nas aldeias vizinhas e marcharam sobre Putaendo. Após cinco dias de «resistência obstinada e sangrenta», as tropas reunidas da Guarda Civil de Los Andes e uma divisão do exército regular derrotaram os insurrectos a 18 de Fevereiro de 1859¹⁹.

O epicentro do movimento revolucionário em 1859 situava-se nas províncias mineiras do norte, de Atacama e Coquimbo, uma região relativamente compacta e remota do país em que as relações de classe específicas do capitalismo eram preponderantes, se não exclusivas, em todo o processo produtivo. Por isto, e dada a importância «geo-económica» da região, enquanto produtora mundial de prata e de cobre, constituiu-se uma sociedade «de fronteira» composta por homens livres com um forte sentimento democrático, em que a distinção entre «senhor e homem», *patron* e *peon*, dono da terra e rendeiro eram «estranhas» aos novos homens de rude força, trabalho duro e ambição desmedida «oriundos de todas classes sociais» e, sem dúvida, de muitos países que aí tinham chegado recentemente. Enquanto algumas das minas de prata e cobre eram altamente mecanizadas e nelas trabalhavam mais de cem mineiros a maior parte eram pequenas e empregavam, em geral menos de uma dúzia de homens. As relações de produção nas minas e fundições baseavam-se não só ou principalmente numa massa de trabalhadores assalariados empregados pelo capital, mas também em toda uma variedade de formas mistas de produção que implicavam (tal como ainda sucedia em Inglaterra durante o mesmo período) relações de contratação intermediária e de sub-contratação entre o capital e o trabalho.

¹⁸ A. Edwards Vives, *El Gobierno de Manuel Montt, 1851-1861*. Santiago, Editorial Nascimento, 1932, 65.

¹⁹ Edwards Vives, *op. cit.*, 28-82.

O «pirquinero» era o protótipo do mineiro do norte. Geralmente dono do seu próprio equipamento, trabalhava independentemente ou associado a outros como «produtores iguais com o mesmo direito ao produto final»; ou, quando era o proprietário legal da exploração podia, trabalhando embora com os trabalhadores, reter uma parte especial do produto, reservar-se o direito de contratar e despedir trabalhadores e exercer a sua autoridade no processo de trabalho. Outros «pirquineros» estavam dependentes de capitalistas comerciantes ou de banqueiros incipientes, os chamados «habilitadores», que lhes forneciam o equipamento e os alimentos, como um pagamento adiantado sobre a sua parte na produção. Era frequente ver estes mineiros, durante essas transacções, transformarem-se em verdadeiros trabalhadores assalariados, em tudo menos no nome. O patrão imediato de muitos mineiros era muitas vezes outro mineiro que, sendo ao mesmo tempo patrão, técnico e companheiro de trabalho, era, por sua vez, empregado do proprietário da mina.

Fora do sector mineiro mas em completa integração com ele estavam as inúmeras pequenas unidades de produção: oficinas empregando vários mestres e artesãos sob a direcção do próprio dono da oficina ou do contratador do capitalista, ou, noutros casos, oficinas do próprio artesão em que coincidiam proprietário e trabalhador, umas e outras produzindo ou reparando ferramentas, equipamento e máquinas necessárias à exploração, fundição e transporte dos minérios. Encontrava-se aqui a base objectiva de um sentimento de identidade entre trabalhador e capitalista, pequeno e grande proprietário mineiro condicionado, além do mais, pela rápida mudança de condição que a exploração mineira tornava possível. Neste mundo triunfava o individualista burguês, o «trabalhador obstinado e intratável» a quem o capital havia, mais tarde, de subordinar e transformar em seu mero instrumento, tal como já sucedera em certa medida nas minas de carvão de Lota e Coronel no sul do país. Nessa altura, contudo, a reciprocidade de interesses entre eles e a certeza de que o seu êxito dependia da mesma actividade, revelavam-se mais claramente do que as inerentes contradições de classe que em breve iriam dividir trabalho e capital.

Foi neste pequeno espaço de civilização burguesa que o capital mineiro chegou a ser o suporte e personificação da consciência democrática radical — e até da ideologia socialista utópica — no

Chile dos meados do século XIX. Através de toda a década de 1850, a *intelligentsia* que conduzia a luta pela democratização do estado era predominantemente constituída por proprietários de minas e sua gente. Mas porque *eram* uma *intelligentsia*, as ideias defendidas, as doutrinas debatidas e os princípios professados tinham uma relativa autonomia. Os seus compromissos e as suas paixões não eram menos reais por serem triviais. Moviam-se num campo em que as ideias contavam e em que se tornava necessário uma escolha consciente entre as correntes racionalista, humanista e democrática da época burguesa revolucionária da Europa e as justificações clericais e reacţionárias da desigualdade e do poder autoritário.

Devemos, contudo, acentuar que não só o capital em ascensão determinou a orientação do movimento democrático através das relações sociais que implantou, mas ainda que os chefes e participantes mais activos e proeminentes do movimento faziam pessoalmente parte da burguesia.

Temos sem dúvida de ter cuidado ao dedicar uma importância decisiva «aos antecedentes de classe dos *indivíduos* que participam nas acções revolucionárias. Há demasiados factores acidentais que influenciam as decisões e o comportamento de cada membro para encontrarmos uma relação estreita», como Baran observa acertadamente, «entre o *conteúdo de classe* de um movimento histórico e a *origem de classe* de, possivelmente, grande número dos seus participantes e dirigentes». Esta observação pode aplicar-se especialmente às revoluções burguesas, como Baran defende: «Tradicionalmente, os burgueses, *enquanto indivíduos*, em lado nenhum tiveram um papel activo na *política revolucionária*»²⁰.

Seja ou não válida esta afirmação, tal *não* se verificou na experiência chilena, como tenho acentuado. Pelo contrário, a jovem burguesia do Chile *não* se fez substituir «por dinheiro na luta pela liberdade»,²¹ como sucedeu noutros lados. Em vez disso, lutou em pessoa e derramou o seu sangue, sofreu a prisão e foi deportada, nas revoltas da década de 1850, precisamente talvez devido ao espe-

²⁰ Paul Baran, *The Political Economy of Growth*, Nova York, Monthly Review 1957, 153.

²¹ P. Baran, *op. cit.*, 153.

cífico «habitat económico e ideológico» do Chile de meados do século XIX. Sem dúvida que a lista dos agitadores democráticos radicais e liberais, organizadores e revoltosos da década de 1850 é quase um «Who's Who» da burguesia mineira chilena da época: dos 38 nomes que chegaram até nós (e sobre os quais encontramos dados suficientes) dos chefes mais activos e importantes dessas lutas, vinte pertenciam a famílias proprietárias de minas e mais seis a famílias de industriais de moagem, proprietários, comerciantes ou banqueiros, três eram intelectuais e dois eram funcionários do estado (ambos juizes), dois eram de famílias de grandes proprietários fundiários (sem ligações visíveis à exploração mineira ou à indústria), quatro eram artesãos e um era um pequeno proprietário. Dos 22 que de facto dirigiram e se empenharam na insurreição armada, dez provinham de famílias de capitalistas mineiros, quatro eram proprietários de moagens, comerciantes ou industriais, dois exerciam profissões liberais, um era proprietário fundiário, quatro eram artesãos e um era pequeno proprietário. Em suma, era uma insurreição revolucionária burguesa, conduzida pela burguesia que nela participou directamente. A sua derrota decisiva verificou-se a 29 de Abril de 1859, em Cerro Grande.

Num país com menos de um milhão e meio de habitantes a guerra civil de 1859 ceifou 5 000 vidas; e «poucas famílias não tiveram mortos, feridos ou presos» durante os quatro meses de insurreição contra o estado. Em seguida, o regime deportou 2 000 pessoas e ditou sentenças de morte *in absentia* contra centenas de alegados conspiradores e revolucionários cujos nomes eram publicamente afixados em todo o lado. Na realidade, nenhum revolucionário burguês importante foi executado, embora muitos tivessem sido presos ou deportados ou tivessem fugido para o exílio. Em contrapartida foi sumariamente executada «gente simples e anónima» sem conta — artesãos, mineiros e camponeses. Como escreveu o editor de *El Mercurio*, «a execução é o preço que o povo paga porque não tem voz e porque o seu sacrifício não deixa rasto»²².

²² Santos Tornero, *Cuadro Histórico de la Administración Montt escrito segun sus propios documentos*, Valparaíso, Imprenta i libreria del Mercurio, 1861, 190-194 e 304-306.

O SIGNIFICADO DA GUERRA CIVIL

Será verdade que o seu sacrifício não deixou rasto? Quais foram as consequências históricas destas lutas insurreccionais, apoiadas nos artesãos e pequenos proprietários e resolutamente dirigidas pela burguesia mineira? A pergunta contém a resposta. Sobretudo, porque a jovem burguesia chilena não estava disposta a negociar o direito a governar pela possibilidade de enriquecer e a subordinar-se a si própria e à sociedade, a formas políticas retrógradas e repressivas, as guerras civis da década de 1850 iriam ter um significado duradouro como contributo importante para o progresso e consolidação das liberdades civis e dos direitos políticos no Chile. Os conflitos entre o capital e a fracção hegemónica do sector agrário reforçaram as divisões políticas no seio da classe dominante e criaram as bases para a formação de um estado capitalista democrático. Não obstante a sua derrota na confrontação armada, e precisamente porque a burguesia nascente por duas vezes se mostrou resoluta e capaz para a insurreição, em defesa das suas aspirações democráticas, em breve iria constituir-se em partidos políticos organizados e revigorar, com as suas lutas permanentes pela democratização do estado, um *Congreso* até então dócil. Assim lançaram as bases de uma democracia parlamentar relativamente duradoura e vital, que iria substituir o estado autoritário e hierárquico contra o qual se haviam dirigido as insurreições dos meados do século.

O resultado imediato da derrota da insurreição não foi apenas uma repressão severa mas também o alargamento do poder executivo do estado, a abolição virtual das condicionantes legais às prisões arbitrárias, às buscas e apreensões, à dissolução da assembleia, ao encerramento de jornais, etc. Novas e maiores exigências relativas à propriedade e rendimento necessárias ao exercício do voto vieram restringir ainda mais o sufrágio. Mas, durante a década seguinte, reacendeu-se a luta pela democratização, quando muitos revolucionários da primeira hora — concedida a amnistia pelo novo presidente em 1861 — retomaram a intervenção activa na cena política, tendo alguns conseguido lugares na Câmara dos Deputados e no Senado. De facto, em 1866, Pedro Leon Gallo, antigo comandante do exército revolucionário do norte, perdeu as eleições para a presidência, tal como sucedeu em 1875

com um dos principais porta-vozes e conspiradores da década de 1850, Benjamin Vicuña Mackenna, como «candidato do povo». Na realidade, em 1870, Federico Errazuriz Zañartu, que tinha sido um activista democrático dos anos 50, foi eleito presidente como candidato dos *conservadores* e dos proprietários fundiários contra uma coligação de democratas liberais e radicais que apoiava a candidatura do magnate mineiro José Tomás Urmeneta, cuja base eleitoral provinha quase exclusivamente das minas do norte e das moagens do centro-sul.

A tendência para a ascensão política dos democratas foi encorajada por um novo surto de acumulação de capital durante a década de 1870, principalmente baseada na exploração de novas minas de prata, perto de Caracoles, e de fábricas de nitrato no território peruano de Antofagasta. Estes anos assistiram também ao crescimento de inúmeras novas indústrias manufactureiras destinadas a abastecer o mercado interno cada vez mais vasto, muitas das quais usavam máquinas a vapor. Juntamente com este crescimento acelerado do capital mineiro e manufactureiro, verificou-se uma rápida transformação da estrutura do estado e uma crescente expansão das liberdades civis e políticas durante os primeiros anos da década de 1870.

Sucessivamente, o mandato presidencial foi limitado a cinco anos; garantida a liberdade de imprensa, de reunião e de associação; instituído um sistema de representação proporcional para as eleições parlamentares; restringida progressivamente a autoridade executiva do estado e praticamente abolidos os seus poderes extraordinários; a Câmara dos Deputados e o Senado obtiveram uma maioria de lugares no Conselho de Estado, até então instrumento dócil da presidência e foram decretadas medidas no sentido de assegurar a responsabilidade dos ministros perante o parlamento; administradores e governadores e outros funcionários do Estado foram proibidos de exercer simultaneamente cargos legislativos; os senadores passaram a ser eleitos directamente pelas províncias; a administração das eleições provinciais e a aprovação de candidatos foi retirada aos administradores e governadores e atribuída a uma comissão local dos principais contribuintes; foram ainda abolidas outras prerrogativas dos administradores e governadores (e, portanto, do executivo do estado); e, finalmente, o sufrágio foi alargado a todos os cidadãos do sexo masculino sem exigências de propriedade ou rendimento. Em suma, o velho estado capitalista autoritário sofreu uma rápida metamorfose, trans-

formando-se num estado com as principais características da democracia burguesa.

Mas se é incontestável que as *lutas* insurrecionais da década de 50 tiveram estes efeitos duradouros no ânimo que trouxeram e nas bases que lançaram para a democracia política, também a sua *derrota* teve uma importância profunda: limitou as hipóteses de um desenvolvimento capitalista relativamente independente no Chile e preparou o caminho para o posterior declínio do capital produtivo na formação social chilena e para aquilo a que podemos chamar a sua «integração subordinada» no seio da classe dominante. Isto não pode evidentemente ser «demonstrado empiricamente», mas as circunstâncias históricas específicas em que ocorreu a revolução fracassada no Chile indicam até que ponto poderia ter sido fundamental se tivesse triunfado.

Como vimos, estas insurreições dos meados do século reflectiram e materializaram as relações capitalistas que estavam a surgir, e as posteriores modificações na estrutura do estado na década de 70 foram também condicionadas pelo contínuo domínio económico do capital. Contudo, foram anos em que também a vulnerabilidade do capitalismo chileno, baseado na exportação, se foi tornando cada vez mais evidente. O capital comercial britânico de há muito que se havia estabelecido firmemente na corretagem internacional e no comércio de exportação dos minerais e cereais chilenos, grande parte do qual se fazia directamente para portos ingleses; durante a década de 70, especialmente depois do Chile ter anexado os territórios de nitrato de Tarapaca e Antofagasta da Bolívia e do Peru na Guerra do Pacífico (1876), o capital inglês apoderou-se progressivamente da própria produção de nitratos, construindo as suas próprias fábricas e caminhos de ferro até ao mar, para exportar os produtos para os mercados internacionais; estava agora profundamente comprometido no comércio costeiro chileno para as regiões mineiras do norte, se é que não o dominava mesmo.

Simultaneamente, a penetração do capitalismo nas zonas rurais significava, como acentuei, a incorporação acelerada do campesinato nas grandes propriedades e a sua transformação em rendeiros. Deste modo, o paradoxo e problema do desenvolvimento histórico chileno é que a chamada «comercialização da agricultura» veio reforçar o domínio dos grandes proprietários nas zonas rurais precisamente

no momento em que o desenvolvimento do capitalismo estava também a tornar os proprietários de minas num adversário rico, de nítido cariz burguês, na luta pela supremacia social e poder do estado. Por outras palavras, o desenvolvimento capitalista simultaneamente estabeleceu novas formas de dominação social, à maneira de relações sociais «pré-capitalistas» e «arcaicas» e conduziu ao alargamento das liberdades civis e políticas e à criação do estado democrático. A história chilena seguiu, como Lenine²³ podia ter dito, a «via prussiana» no campo e a «via americana» na política.

Que teria sucedido se a insurreição de 1859 tivesse vencido e se os artesãos, mineiros e pequenos proprietários armados, chefiados pelos democratas burgueses, tivessem de facto conquistado um poder político directo? Que diferença teria feito para o desenvolvimento histórico chileno se a sua revolução burguesa não tivesse abortado? Para sugerirmos uma «resposta» a estas perguntas temos de começar por relembrar, em primeiro lugar, a posição concorrencial do capital chileno nos meados do século e, em segundo lugar, o conteúdo potencial de classe do movimento revolucionário.

A partir dos finais da década de 40, o capital chileno simultaneamente ameaçava e era ameaçado pelo capital britânico no seu próprio terreno. Os grandes magnates chilenos do cobre e do carvão e os moageiros do centro-sul competiam directamente com os produtores britânicos. Na realidade, no fim da década de 50, já tinham consideravelmente afastado o carvão britânico da sua posição dominante nos mercados chilenos e tinham obtido, através de vários cartéis, um nítido domínio na moagem e exportação de farinha. A montagem de importantes fundições de cobre, compradas aos Estados Unidos e à Alemanha, originou directamente a concorrência com as fundições britânicas no Chile e no País de Gales que até então tinham monopolizado a indústria. Alguns defensores do capital nacional procuraram envolver o estado na sua competição com os britânicos: «é bem sabido que três ou quatro casas inglesas controlam o mercado do cobre e provocam uma alta ou uma baixa (nos preços e na procura) a seu bel-prazer», proclamava já em 8 de Outubro de 1857 *El Copiapino*, o jornal do capital mineiro de Atacama²⁴.

²³ Lenin, *Selected Works*, Moscovo e Leninegrado 1934, vol. III, 180 e ss. e 254 e ss..

²⁴ H. Ramirez Necochea, *Historia del Imperialismo en Chile*, Santiago, Empresa Editora Austral, 1960, 87.

Das políticas governamentais propostas para resolver esta situação, uma foi amplamente discutida pelos capitalistas chilenos: a da criação de um Banco do Estado, que concedesse os empréstimos e créditos necessários ao investimento mineiro chileno com independência face aos banqueiros ingleses e que reduzisse o papel preponderante destes no sector do crédito em geral. Um dos principais defensores do Banco do Estado e também de medidas políticas para proteger a manufactura chilena da concorrência britânica foi o proprietário mineiro e jornalista Pedro Felix Vicuna Aguirre, «o autor da revolução de 1851»²⁵ e mais tarde um destacado elemento, juntamente com o filho Benjamin Vicuna Mackenna, da insurreição de 1859. A sua tese, mantida pelos seus continuadores em *El Mercurio* durante a década de 60 e também por *El Ferrocarril*, era que «os produtos chilenos não podem competir eficazmente com as importações europeias» sem «leis que proibam manufacturas estrangeiras»²⁶. *El Mercurio*, cujo proprietário, Santos Tornerio, também um dirigente da insurreição de 1859, frisava que «o Chile pode ser industrial, porque tem o capital, o trabalho e os empreendimentos, mas falta-lhe a vontade decidida de o ser. Há uma forte representação do capital estrangeiro na importação de produtos manufacturados. O capital estrangeiro está e estará sempre disposto a levantar todos os obstáculos possíveis à criação de indústrias no país... O proteccionismo tem de ser o alimento de todas as artes e indústrias nascentes... Sem o proteccionismo, todo o progresso fica exposto aos ataques furiosos e concertados das importações estrangeiras que o «comércio livre» representa». (*El Mercurio*, 4 de Maio de 1865)²⁷.

A resposta britânica ao desenvolvimento capitalista chileno foi um esforço permanente, finalmente coroado de êxito, para anular todas as medidas proteccionistas que começavam já a ser tomadas. Em 1846, antes mesmo da instalação das fundições modernas no Chile, a Embaixada Britânica comunicou ao seu governo que as fundições chilenas, recentemente montadas, seriam «um grande prejuízo» para os interesses mineiros e de comércio marítimo britânico no Chile; no ano seguinte, 39 empresas comerciais e mineiras

²⁵ F. Encina, *Historia* cit., 55; 285.

²⁶ Citado em Ramirez Necochea, *op. cit.*, 89.

²⁷ Citado em Ramirez Necochea, *op. cit.*, 90.

britânicas solicitaram auxílio ao seu governo «em consequência» da instalação de fundições: «em vez de minério de cobre em bruto, estão a ser enviadas para a Europa grandes quantidades de lingotes e barras para aí abastecerem as manufacturas de cobre e bronze, em detrimento dos interesses das fundições e manufacturas britânicas». Do mesmo modo, em 1859, a pedido dos proprietários ingleses das minas de carvão no Chile, a sua Embaixada insistiu na abolição das taxas de importação especiais sobre o carvão inglês, uma vez que teriam «resultados desastrosos para todos os interesses britânicos» no Chile²⁸. Na realidade, a indústria britânica do carvão também utilizava o «dumping» nas suas exportações para as regiões mineiras do norte com o objectivo de bloquear a produção chilena de carvão, ainda que só com um êxito precário.

A pergunta que surge neste momento é se um regime que se tivesse estabelecido no Chile com a vitória da revolução de 1859, sob a égide da burguesia mineira e agrária, teria possuído um elevado sentimento nacionalista e teria imposto políticas estatais proteccionistas que resistissem à penetração do capital britânico e fornecessem o impulso para uma rápida industrialização. Não precisamos de conferir a essa burguesia uma coerência, retrospectivamente difícil de comprovar, para compreendermos que o desenvolvimento capitalista no Chile teria sido completamente diferente se os revolucionários tivessem tomado o poder do estado em 1859. Pois que, como vimos, foram precisamente alguns dos principais participantes no movimento revolucionário quem mais claramente compreendeu até que ponto era decisiva a opção histórica do capital chileno. Na verdade, como Anderson²⁹ correctamente frisou, «historicamente nenhuma classe compreende de imediato a lógica da sua própria situação em épocas de transição: pode ser necessário um longo período de desorientação e confusão para que aprenda as regras indispensáveis à sua própria soberania». Se os que tiveram essa consciência, ainda que incompleta, tivessem obtido o poder do estado, poderiam ter imposto a sua hegemonia dentro da classe e as políticas estatais necessárias à soberania nacional no Chile.

²⁸ Ramirez Necochea, *op. cit.*, 87.

²⁹ In *Lineages of the Absolutist State*, Londres, New Left Books, 1974, 55.

O potencial revolucionário inerente às lutas armadas no campo estava intimamente relacionado com este problema. Com os dados de que dispomos, não podemos concluir se foi a agitação e organização do campesinato pelos seus «superiores» sociais que os impeliu a participar na insurreição ou se a sua participação foi ditada pelas próprias necessidades e vexames. Que a segunda alternativa se verificou, prova-o o facto de os *montoneros* armados terem surgido, nos anos 50, precisamente onde ainda existia um segmento do campesinato constituído por pequenos proprietários relativamente independentes ainda não submetidos directamente ao regime senhorial. Sem dúvida que havia bandos de guerrilheiros armados formados por artesãos, trabalhadores rurais e pequenos proprietários que actuavam independentemente e não eram comandados por revolucionários burgueses. Houve também levantamentos espontâneos desencadeados por estas lutas organizadas, sobretudo na região de Talca.

Contudo, a burguesia encontrou facilmente aliados na população rural, qualquer que tenha sido a independência da insurreição no campo. Naturalmente que a conjugação do aumento do número de homens à procura de emprego nas minas, na construção de caminhos de ferro, canais, trabalhos de irrigação ou estradas e simultaneamente o agravamento dos encargos sobre o campesinato, a usurpação dos seus direitos consuetudinários e ainda a incorporação, nos grandes domínios agrícolas, de terras que antes apenas indirectamente se lhes ligavam, provocou, também no campo, acções independentes de resistência e revolta. O que não pode ser posto em dúvida é que artesãos, trabalhadores, pequenos proprietários e mineiros se aliaram e tomaram pela força das armas vilas, cidades e grandes propriedades; nem os levantamentos espontâneos que ocorreram; nem a participação activa e a liderança nestas lutas armadas de muitos «representantes» da burguesia cujo objectivo consciente era a tomada do poder.

Como já dissemos, as exigências tipicamente agrárias foram de tal maneira formuladas por uma parte destes burgueses revolucionários que levaram *El Correo del Sur* de 19 de Abril de 1859 a denunciar os «huasos» como estando prestes a «render-se ao socialismo e ao comunismo»³⁰. Na verdade, apenas dois anos depois da derrota

³⁰ Vitale *op. cit.*, 282.

de Cerro Grande, *El Mercurio* de 29 de Maio de 1861 voltava a debater a questão da divisão das grandes propriedades: «consideramos necessários a divisão e o desmantelamento da grande propriedade rural porque tanto podem favorecer credores e devedores como permitir aos pequenos capitalistas tornarem-se proprietários; levariam ainda a fazer aumentar a produção em consequência dos mais directos e intensos cuidados que podem ser dados à pequena exploração agrícola. Ao mesmo tempo esta medida permitiria uma revolução pacífica da propriedade fundiária»³¹.

Esta era precisamente a possibilidade posta pelas lutas de 1859. Que forças sociais se poderiam vir a delinear, que impulso poderia ter sido dado ao desmantelamento da grande propriedade e à transformação dos pequenos proprietários em agricultores independentes e capitalistas agrários se os revolucionários tivessem alcançado o poder do Estado em 1859? A tormentosa e controversa questão posta pela derrota da burguesia revolucionária nestas quase esquecidas lutas de há mais de um século é, numa palavra, qual a real capacidade da chamada «reforma agrária democrática burguesa» chilena de meados do século passado. Uma coisa é certa: na ausência dessa reforma, o mercado interno continuou altamente limitado para o capital manufactureiro, enquanto que as importações britânicas competiram directamente, e com um sucesso cada vez maior, com a manufactura chilena sobre esse mesmo restrito mercado, bloqueando e distorcendo a industrialização e traçando o caminho para a forma estagnante, vulnerável e dependente do capitalismo de exportação chileno.

³¹ Necochea, *Historia del Movimiento Obrero. Siglo XIX*, Santiago, Empresa Editora Austral, 1955, 93.